

Bibliotecas especializadas em arqueologia – estratégias de cooperação

Lívia Cristina Coito *

Resumo

Falar de cooperação é um lugar comum para as bibliotecas. Desde a elaboração de normas, já há muito adoptadas pelas bibliotecas de todo o mundo, ao empréstimo inter-bibliotecas, ao desenvolvimento de projectos vários, em parceria, as vantagens da cooperação têm-se revelado em diversos aspectos. Em Portugal, só a partir dos anos oitenta, é que a cooperação entre bibliotecas conheceu um maior incremento.

O objectivo desta comunicação é promover e incentivar a cooperação entre as bibliotecas de arqueologia tendo em vista o desenvolvimento de vários projectos como sejam a formação de um grupo de trabalho para elaboração de uma lista de cabeçalhos de assuntos na área da arqueologia; fazer um levantamento, a nível nacional, de todas as bibliotecas com acervos significativos nesta área temática; fazer o levantamento do sistema informático utilizado nas bibliotecas tendo em vista a criação de um sistema de informação arqueológica; organizar o catálogo colectivo das bibliotecas de arqueologia; fazer a catalogação partilhada dos analíticos das publicações periódicas portuguesas de arqueologia; elaborar um repertório das publicações periódicas de arqueologia existentes nas bibliotecas portuguesas.

Abstract

Speaking of co-operation is a common idea for libraries. Subjects such the definition of rules adopted by the libraries of the whole world, to the inter-library loan, to the development of different projects in partnership, the convenience of co-operation has been revealed in different aspects. In Portugal the co-operation between libraries increased only after the eighties.

* Bibliotecária do Museu Nacional de Arqueologia.

The purpose of this communication is to promote and encourage the co-operation between archaeological libraries with the purpose of developing projects like the constitution of a working group to elaborate a subject headings list in archaeology; making a directory of all archaeological libraries; a list of the software used in the libraries to create an archaeological information system; organising a union catalogue of archaeological libraries; to settle a shared cataloguing program of the analytics of Portuguese archaeological periodicals; elaborate a repertory of the archaeological periodicals in Portuguese libraries.

Introdução

A tradição de cooperação entre bibliotecas surgiu há largas dezenas de anos na Inglaterra e na França onde esta política está fortemente instalada, principalmente ao nível das bibliotecas públicas mas, tem-se estendido cada vez mais às bibliotecas especializadas.

Em Portugal, só a partir dos anos oitenta, com a implementação do projecto Porbase, é que a cooperação entre bibliotecas conheceu um maior incremento.

O termo cooperação, frequentemente empregue em biblioteconomia, pode ser utilizado para designar qualquer actividade que duas ou mais bibliotecas realizem em conjunto. Contudo, como nos refere Merlo Vega (1999), assim interpretada, a cooperação abarcaria múltiplas formas e práticas, teria um sentido demasiado lacto. Torna-se mais aconselhável e mais produtivo limitar o conceito de cooperação a acções concretas, desenvolvidas por várias bibliotecas a partir de acordos, mais ou menos formais, elaborados conjuntamente, de forma normalizada, segundo objectivos comuns e, colocando ao serviço da colaboração, o pessoal e os meios necessários. Segundo diversos autores, este carácter contratual dará maiores garantias do seu cumprimento.

Falar de cooperação é um lugar comum para as bibliotecas. Desde a elaboração de normas, já há muito adoptadas pelas bibliotecas de todo o mundo (normas de catalogação, de elaboração de referências bibliográficas, etc.), ao empréstimo inter-bibliotecas, ao desenvolvimento de projectos vários, em parceria, as vantagens da cooperação têm-se revelado quer em aspectos teóricos, quer em aspectos práticos de partilha de recursos e competências.

Apesar da sociedade actual se mover numa lógica de economia liberal, de mercado concorrencial, a actividade das bibliotecas funciona mais num ambiente relacional do que concorrencial. Ou seja, como nos diz Jean-Michel Salaün (1996), a cooperação não é tanto um resquício dum comportamento arcaico ou de uma concepção “fora de moda” do serviço público mas sim, uma tendência estrutural do “métier” documental.

O princípio de um fundo documental é a reunião, catalogação, classificação, indexação de documentos para os colocar à disposição dos leitores interes-

sados. Trata-se pois, de disponibilizar meios para uma comunidade de utilizadores. Estabelecendo uma relação entre vários fundos documentais complementares aumenta-se automaticamente, a potencialidade do serviço prestado. Este princípio de cooperação está profundamente instalado na cultura dos bibliotecários e documentalistas e tem demonstrado ser de uma grande eficácia funcional. Não foi por acaso que nas bibliotecas se avançou tanto na normalização e nas redes de trocas documentais.

A contensão de verbas, a redução dos orçamentos (Anexo 1) e de pessoal (na biblioteca do Museu reformou-se um técnico-adjunto há mais de cinco anos e nunca foi possível proceder à sua substituição) tem vindo a aumentar substancialmente.

Neste quadro geral, temos de procurar ser criativos. Nestes dois últimos anos temos contado com o apoio do mecenato para aquisição de bibliografia o que nos tem permitido actualizar o nosso acervo no que respeita a monografias, impossíveis de adquirir com os 500.000\$00 anuais para aquisição de bens culturais¹. Contudo, o apoio do mecenato pode estender-se a outros aspectos como seja a atribuição de verbas para aquisição temporária de pessoal para execução de determinadas tarefas como, a catalogação na Porbase quer de novas aquisições quer para a conversão retrospectiva, ou seja a introdução do catálogo manual na base de dados.

Para além destes apoios pontuais temos de iniciar uma política de cooperação com as outras bibliotecas especializadas em arqueologia ou com acervos significativos nesta área temática.

Os problemas focados não são exclusivo da biblioteca do MNA, revelam a panorâmica geral das bibliotecas portuguesas e também estrangeiras. Para podermos continuar a servir os nossos utilizadores temos que cooperar, temos que rentabilizar recursos, temos que trabalhar em conjunto na concretização de objectivos comuns pois, a biblioteca de um museu desempenha um papel importante na reputação desse museu como instituição de pesquisa.

Cooperação em bibliotecas especializadas

No que diz respeito às bibliotecas especializadas as vantagens da cooperação são particularmente proveitosas uma vez que se trata de sectores com especificidades próprias em matéria de oferta e procura de informação, com exigências mais específicas quer, em termos dos serviços prestados aos utilizadores quer, em termos de estratégias de gestão dos recursos de informação - a que cada vez é mais difícil fazer face isoladamente.

Mas a importância da cooperação na gestão dessa especificidade, como refere Ana Paula Gordo (1998), não é apenas proporcional à quantidade de recursos - humanos e materiais - de que as bibliotecas individualmente dispõem e que são tendencialmente decrescentes. Essa importância relaciona-se também com a qualidade dos serviços de informação especializada que se pres-

¹ Em relação às publicações periódicas, o Museu consegue que as suas colecções estejam actualizadas pois mantém acordos de intercâmbio, da revista que edita, «O Arqueólogo Português», com cerca de trezentas instituições de todo o mundo.

tam no contexto actual, cada vez mais marcado pela globalização e por transformações aceleradas dos processos de produção, distribuição e consumo de informação.

A necessidade de cooperar parte da ideia de que nenhuma biblioteca pode, sozinha, enfrentar as exigências de todos os seus utilizadores. O intercâmbio de recursos e informações é pois, uma ferramenta de muita utilidade. Pode-se afirmar que o objectivo principal da cooperação é uma maior facilidade de utilização dos recursos, de pertinência nas respostas, de adaptabilidade às solicitações, de capacidade de processar a informação no mínimo de tempo possível, ou seja, uma maior qualidade do serviço. Todos estes aspectos são factores que se traduzem em técnicas de valor acrescentado para as bibliotecas e que são mais fáceis de atingir se trabalharmos em conjunto com serviços afins. É preciso não esquecer que não há inovação sem informação e não há nova informação sem renovação (cit. por Cabral, 1998).

As características do contexto actual, com a expansão da Internet e o avanço das tecnologias de comunicação, criam novas potencialidades mas também, novas expectativas e exigências e reforçam a necessidade e importância fundamental da colaboração entre instituições, de modo a promover a melhor integração dos recursos e serviços de informação disponíveis em rede, onde quer que se encontrem.

A utilização de meios informáticos tem como um dos objectivos permitir as transferências de dados entre diferentes serviços, compartilhando as fontes de informação e acedendo em linha aos catálogos colectivos. Assim, torna-se fundamental conhecer as bibliotecas com colecções de arqueologia e promover iniciativas de cooperação levando-as a participar activamente na concretização de objectivos comuns. É esta a finalidade da minha comunicação que tem como objectivo principal promover e incentivar a cooperação entre as bibliotecas de arqueologia.

Cooperação e interesses económicos

Apesar da cooperação se apresentar como uma actividade que tem como objectivo a melhoria dos serviços para os utilizadores, não há dúvida de que também é importante para as bibliotecas encontrarem um interesse económico imediato na cooperação. Podemos focar, como exemplo, algumas das razões materiais que podem levar as bibliotecas a cooperar:

- Poupança nos gastos das aquisições. As bibliotecas podem reunir-se para adquirir documentos definindo, por exemplo, áreas especializadas de aquisição e evitando duplicações desnecessárias. Podem, igualmente, partilhar gastos, conseguindo assim, um benefício económico comum.
- Melhoria dos serviços. Serviços como o empréstimo inter-bibliotecas e catálogos colectivos, só são viáveis se existir colaboração entre instituições.
- Aumento da qualidade. A actividade cooperativa permite alcançar um nível de qualidade mais elevado, aumentando a eficiência dos serviços e produtos.

- Fortalecimento da imagem. Ao pertencer-se a um sistema cooperativo, as bibliotecas ganham mais prestígio o que resultará numa maior respeitabilidade por parte das instituições de que dependem e igualmente, por parte dos seus utilizadores.
- Ajuda profissional. Encontrando-se associadas as bibliotecas, os bibliotecários podem trocar opiniões e optar por seguirem políticas comuns, principalmente no que diz respeito a normalização, novas tecnologias, equipamentos, etc.

Factores que levaram à cooperação

Quando as bibliotecas sentem que são incapazes, por questões de orçamento, de pessoal, etc., de responder sozinhas às solicitações dos seus utilizadores, encontram-se no caminho ideal para estabelecerem acordos de cooperação.

Seguindo Luísa Orera (1996) e David Baker (1996) podemos sintetizar as razões pelas quais a cooperação se generalizou e adquiriu grande impacto nas últimas décadas:

- Diminuição dos orçamentos.
- Aumento do preços dos livros e revistas.
- Crescimento exponencial das publicações. Perante a explosão da informação a biblioteca deixou de ser auto-suficiente.
- Importância que a informação adquiriu na sociedade actual.
- A nova concepção dos sistemas de informação como serviços que devem satisfazer as necessidades dos utilizadores.
- Possibilidade das bibliotecas intervenientes fornecerem um serviço de melhor qualidade do que aquele que forneceriam se actuassem individualmente.
- Desenvolvimento da tecnologia informática e das telecomunicações que facilitaram a criação de redes documentais.
- As bibliotecas cooperantes possuem conhecimentos, fundos e serviços de que nós não dispomos.

Estratégias de cooperação

Planear para uma rede de cooperação implica definir objectivos, programas e projectos comuns, partilhar experiências de serviços e produtos e estabelecer modalidades de avaliação dos resultados obtidos. Constitui um processo de aprendizagem colectiva que obriga a constantes ajustamentos que fomentam e estimulam a discussão, a reflexão e a criatividade por parte de todos os intervenientes.

Existem vários aspectos fundamentais para que se possa levar a cabo um projecto de cooperação entre várias instituições:

Normalização

Um dos pré-requisitos para a cooperação é a normalização pois, qualquer tarefa realizada em conjunto, requer uma norma que sirva de referência para o desenvolvimento do trabalho. A normalização pode incluir diferentes aspectos como, regras de catalogação, listas de cabeçalhos de assuntos, etc., etc.

No que respeita à existência de um vocabulário controlado e normalizado, em português, na área da arqueologia, não existe. Alguns serviços, poderão possuir uma lista de termos em linguagem natural mas que não podemos considerar como um verdadeiro vocabulário controlado. Um dos objectivos desta comunicação é promover um grupo de trabalho formado por arqueólogos e bibliotecários para elaboração de uma lista de cabeçalhos de assunto no domínio da arqueologia, que passaria a ser utilizada por todas as bibliotecas desta área científica.

A compatibilização da terminologia de indexação é um factor importante não só para os profissionais da informação, pois facilita e ajuda a uniformizar o trabalho do indexador, mas também, para o utilizador pois auxilia-o e facilita as suas buscas de informação nos diferentes serviços aumentando a pertinência dos dados pesquisados.

Infra-estruturas e meios técnicos

O desenvolvimento informático dos últimos anos, com a vulgarização dos computadores, da Internet, facilitou o acesso à informação global. As infra-estruturas e meios técnicos desempenham assim, um papel fundamental no incremento das políticas de cooperação.

Nos últimos anos, as redes de telecomunicações modificaram grandemente a forma como a informação é criada, distribuída e utilizada. Os bibliotecários e os profissionais da informação não poderão mais, fornecer serviços de informação adequados, trabalhando isolados entre as quatro paredes da sua biblioteca.

As redes documentais constituem, no campo das actividades de informação e da documentação, um modo de organização privilegiado.

Uma rede documental é um sistema dinâmico que se deve adaptar continuamente apoiando-se nas aprendizagens individuais de cada um dos seus membros. A ideia de rede tem um peso cada vez maior nos sistemas de informação. Cada biblioteca deve ser considerada como um ponto de acesso ao sistema ficando os recursos de informação disponíveis para todos os pontos de acesso.

Perante esta realidade é indispensável estabelecer acordos de cooperação com outras bibliotecas de arqueologia para racionalizar o trabalho, para produzir produtos documentais, para rentabilizar recursos.

Classificação da cooperação

As actividades de cooperação podem desenvolver-se de diferentes formas, dependendo dos objectivos, do âmbito pretendido e das actividades que se

levem a cabo. De uma maneira genérica poderemos sistematizar a cooperação nos seguintes níveis:

- Do ponto de vista geográfico. Pode decidir-se cooperar quer a nível local (por exemplo, bibliotecas do mesmo Ministério, da mesma Universidade, dos Museus), regional (por exemplo, bibliotecas do ensino superior da zona Norte), nacional (por exemplo, bibliotecas de arqueologia portuguesas) ou internacional (por exemplo, bibliotecas de arqueologia europeias).
- Do ponto de vista temático. Muitas das acções cooperativas centram-se em serviços da mesma área temática, é a chamada cooperação especializada.
- Do ponto de vista da finalidade, podemos distinguir vários tipos de cooperação:
 - cooperação baseada em produtos, como por exemplo, elaboração de catálogos colectivos de monografias, de publicações periódicas, de listas de cabeçalhos de assuntos, etc.
 - cooperação baseada no desenvolvimento e maior rendimento dos sistemas automatizados.
 - cooperação baseada em serviços, verifica-se quando as bibliotecas se associam para desempenharem de forma coordenada determinados serviços, como por exemplo, o empréstimo inter-bibliotecas, as aquisições partilhadas, etc.
 - cooperação baseada em políticas, verifica-se quando se procura coordenar políticas de actuação, de gestão de bibliotecas, como por exemplo, todas as bibliotecas dos Museus terem as mesmas normas de funcionamento.

Catálogo partilhado e partilha de recursos

Dois dos aspectos concretos da cooperação entre bibliotecas são a catalogação partilhada e a partilha de recursos.

A catalogação partilhada é o tipo de cooperação mais frequente pois, como já foi referido anteriormente, os catálogos de uma só biblioteca são insuficientes para atender os pedidos de informação. Logo, é necessário dispor de outras bases de dados bibliográficos a que se possa recorrer para dar resposta às diferentes solicitações.

A catalogação é uma tarefa especializada que requiere conhecimentos específicos e experiência, consumindo um tempo significativo na actividade duma biblioteca. Não existindo cooperação na actividade de catalogação, a duração e o custo consumido neste trabalho é repetido em todas as bibliotecas o número de vezes correspondente ao número de livros iguais que nelas existem. É uma grande perda de tempo e de recursos financeiros. Assim, a cooperação entre bibliotecas na área da catalogação é uma necessidade premente e não uma opção.

Para que se possam desenvolver projectos de catalogação partilhada é necessário, como já vimos, cumprir certos requisitos como as normas de catalogação, o que para as bibliotecas portuguesas não levantará problemas pois há

muito que aplicam as *Regras Portuguesas de Catalogação*. A utilização destas normas aumenta a qualidade do catálogo e elimina erros como, a existência de diferentes entradas para a mesma obra. Outro dos requisitos é trabalhar com o mesmo sistema automatizado ou algum compatível. No que diz respeito aos programas informáticos utilizados por grande parte das nossas bibliotecas também não haverá grandes problemas de compatibilização pois, a maioria utiliza a Porbase ou então outro software que usa igualmente o formato Unimarc, o que permite a troca de dados.

Os projectos de catalogação partilhada seguem os seguintes objectivos:

- Facilitar o acesso a uma base de dados bibliográfica comum.
- Ampliar os recursos documentais para prestar um serviço de maior qualidade.
- Diminuir o tempo e o custo do processo de catalogação.
- Poder recorrer ao empréstimo inter-bibliotecas.

Um dos objectivos chave de uma rede de bibliotecas é a partilha de recursos. Como é óbvio, com a explosão da informação, nenhuma biblioteca consegue ser auto-suficiente no que diz respeito ao seu acervo documental. Por um lado, os recursos financeiros são cada vez mais limitados não sendo possível comprar todos os documentos necessários aos utilizadores, não se encontrando, por outro lado, todas as edições disponíveis para venda. Perante esta situação, para melhorar os serviços de informação, as bibliotecas têm que se apoiar umas às outras, têm que criar redes humanas que partilhem as mesmas preocupações e que trabalhem no sentido de atingirem objectivos comuns.

A cooperação inter-bibliotecas significa pois, tornar acessível todo o acervo das bibliotecas baseado no princípio de benefícios mútuos, de forma a tornar os recursos documentais utilizáveis em pleno. E, como refere Andrew Wang (1996), apesar do tamanho das colecções de uma biblioteca continuar a ser um dos critérios que serve de medição de qualidade de um serviço, na era das bibliotecas digitais a *acessibilidade* passou a ser uma importante medida de eficiência dos serviços de informação, passando a ser as bibliotecas que fornecem o acesso à informação as que avançam para a linha da frente em substituição das que possuem os fundos mais significativos.

As bibliotecas especializadas em arqueologia devem pois, tornar a informação mais acessível numa escala global, ou seja, têm de criar um sistema global de informação que permita o diálogo entre as diversas bibliotecas com acervos de temática arqueológica.

Objectivos, programas e projectos para as bibliotecas de arqueologia

As redes cooperativas devem definir objectivos comuns que se materializem em programas globais e projectos concretos. Catálogos colectivos, empréstimo inter-bibliotecas, utilização da mesma linguagem de indexação, são as bases para uma política de cooperação entre as bibliotecas de arqueologia. Esta

cooperação poder-se-á estender à política de aquisições procurando as bibliotecas cooperantes, uma vez que os recursos financeiros são limitados, adquirir documentos e fazer assinaturas de publicações periódicas que não existam nos outros serviços, em vez de andarmos a comprar as mesmas edições por não sabermos o que existe na instituição ao lado.

Tendo como objectivo promover e incentivar a cooperação entre as bibliotecas de arqueologia apresentam-se diversas propostas para o desenvolvimento de projectos, a serem executados de forma faseada:

- Constituição de um grupo de trabalho formado por arqueólogos e bibliotecários, para elaboração de uma lista de cabeçalhos de assuntos na área da arqueologia que viria a ser utilizada por todas as bibliotecas.
- Levantamento, a nível nacional, de todas as bibliotecas com acervos significativos na área da arqueologia para elaboração de um directório dos diferentes serviços.
- Levantamento do sistema informático utilizado nas bibliotecas tendo em vista a criação de um sistema de informação arqueológica.
- Organização do catálogo colectivo das bibliotecas de arqueologia para que os utilizadores passem a ter um conhecimento imediato dos recursos de informação existentes nas diferentes bibliotecas.
- Catalogação partilhada dos analíticos das publicações periódicas portuguesas de arqueologia.
- Elaboração de um repertório das publicações periódicas de arqueologia existentes nas bibliotecas portuguesas.

Parafraseando Ségolène Bergeon (1990) não nos esqueçamos que as bibliotecas constituem a memória de um povo, promovê-las e apoiá-las é salvar da destruição o conhecimento histórico e artístico de uma nação.

Bibliografia

- BAKER, D. (1996) - La coopération entre les bibliothèques universitaires britanniques. *Bulletin d'informations de l'Association des Bibliothécaires Français*. Paris. 172, p. 24-28.
- BERGEON, S. (1990) - La bibliothèque d'Art, trésor d'aujourd'hui. *Art Libraries journal*. U. K. 15:1, p. 6-10.
- CALENGE, B. (1994) - *Les politiques d'acquisitions*. [S.l.]: Cercle de la Librairie. p. 358-371.
- CANÁRIO, R. (1987) - *Problématique de l'innovation: l'interaction entre le CDI et l'établissement scolaire*. Paris. Tese de doutoramento.
- Cit. por CARVALHO, E. M.^a R. de (1998) - Preservação do capital intelectual das instituições. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 6.º, Aveiro, 1998 – *Bibliotecas e arquivos na sociedade de informação. Estratégias para o séc. XXI*. Texto policopiado.
- GORDO, A. P. (1998) - A cooperação internacional no domínio das bibliotecas de arte. In *Instituições de arte e recursos de informação*. Sessão aberta do Art Documentation Advisery Group, Spring Meeting, Lisboa, Gulbenkian, 1998. Texto policopiado
- JENSEN, M. B. (1997) - The collaborative library community. In *63 IFLA General Conference*, Copenhagen, Aug. - Sept., 1997. Texto policopiado.
- LE MUSÉE et la bibliothèque, vrais parents ou faux amis? Paris: Centre Georges Pompidou, 1997. p. 188, 189, 194.
- MERLO VEGA, J. A. (1999) - La cooperación en las bibliotecas universitarias: fundamentos y redes cooperativas. *Boletín de la Asociación Andaluza de Bibliotecarios*. Málaga. 54. p. 33-57.
- PINTO, L. G.; OCHOA, P. (1998) - Metodologia para a certificação de uma biblioteca no sistema de qualidade em serviços públicos. In Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 6.º, Aveiro, 1998 – *Bibliotecas e arquivos na sociedade de informação. Estratégias para o séc. XXI*. Texto policopiado.
- SALAÛN, J.-M. (1996) - Adapton le marketing aux logiques documentaires. *Documentaliste – Sciences de l'information*. Paris. 33:2, p. 75-81.
- VOLANT, Ch. (1998) - Réseau documentaire ... organisation apprenante. *Documentaliste – Sciences de l'information*. Paris. 35:3, p. 144-146.
- WANG, A. H. (1996) - How shall we face Information service challenges ahead: self-supporting, competition or cooperation? In *China-USA Conference on Global Information Access*, Beijing, 1996 – *Challenges and Opportunities*. <http://darkwing.uoregon.edu>

Anexo 1

Verbas para material de cultura

| Anos | Verbas | Assinaturas de revistas * |
|------|---------------|---------------------------|
| 1984 | 550.000\$00 | 7 |
| 1985 | 730.350\$00 | 11 |
| 1986 | 1.233.000\$00 | 10 |
| 1987 | 1.667.000\$00 | 14 |
| 1988 | 1.500.000\$00 | 16 |
| 1989 | 576.298\$00 | 16 |
| 1990 | 629.968\$00 | 14 |
| 1991 | 200.702\$00 | 12 |
| 1992 | 392.294\$00 | 10 |
| 1993 | 469.810\$00 | 9 |
| 1994 | 340.696\$00 | 9 |
| 1995 | 449.104\$00 | 8 |
| 1996 | 354.400\$00 | 6 |
| 1997 | 495.504\$00 | 5 |
| 1998 | 471.785\$00 | 5 |
| 1999 | 550.000\$00 | 5 |

Obs. Estas verbas incluem a assinatura dos recortes de Jornal e dos Diários da República.

* Fazem-se apenas assinaturas das revistas que só têm edições comerciais, não estabelecendo por isso, permutas com instituições.